

Comissão fiscalizará o orçamento

A obrigação de o Governo Federal apresentar mensalmente à Comissão Mista de Orçamento um balanço sobre a execução orçamentária é um dos principais aspectos contidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias votada ontem no Congresso. A LDO vai servir de parâmetro para que o governo envie, até 31 de agosto, a Lei do Orçamento.

A ampla negociação que envolveu o bloco governista, liderado pelo deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) e os partidos de oposição, representados pelos deputados Aloizio Mercadante (PT-SP) e Clóvis de Assis (PDT-BA), "deverá garantir a manutenção do texto votado", sem vetos do Presidente da República, acredita o senador Márcio Lacerda (PMDB-MT), relator da

comissão.

Entre os principais avanços da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o senador destacou a desburocratização das transferências de recursos orçamentários da União para os estados e municípios, que ficam, porém, obrigados a uma contrapartida tributária. Ou seja, para receber recursos do orçamento, os estados terão que apresentar arrecadação tributária mínima de 10%, enquanto os municípios ficam obrigados a recolher, no mínimo, 3% da receita. A contrapartida financeira para desembolso de recursos a investimentos foi fixada também em 10% sobre o valor do empréstimo para os estados do Centro-Oeste e das áreas da Sudene (Nordeste) e Sudam (Norte) e em 20% para os demais estados brasileiros.

Outro ponto destacado pelo senador é o item que proíbe aos estados e municípios inadimplentes com a União a se candidatarem a empréstimos. A modificação mais polêmica apresentada pela LDO se refere à liberação de verbas ao longo de 93. A matéria aprovada determina que em cada trimestre a diferença para mais ou menos, em favor ou contra um projeto, sobre a média do setor, será de 20%. Isso significa que se em um setor o custo médio do projeto for, por exemplo, de Cr\$ 1 bilhão, nenhuma outra proposta poderá receber menos de Cr\$ 800 milhões nem mais de Cr\$ 1,2 bilhão. O projeto original era de que essa diferença fosse de 10%, mas foi negociado o aumento da margem para permitir uma maior flexibilidade ao governo. (S.B.)